



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

239

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL N.º 0208865-7/01

Juízo de Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Juiz: Dr. Alfredo Sergio Magalhães Jambo

AGRAVANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Procurador: Dr. José Galdino da Silva Filho

AGRAVADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS TÁTICA S/C LTDA

Advogado: Dr. Jairo Ferreira Cavalcanti

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO. COMPROVANTE. NÃO ENCAMINHAMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO ALIENANTE PELAS PENALIDADES IMPOSTAS. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO EFEITO PRETENDIDO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1 - Da análise superficial dos autos, não há prova inequívoca apta a demonstrar, liminarmente, verossimilhança das alegações.

2 - Os fundamentos da decisão agravada não restaram afastados pela presente interposição.

3- Agravo Regimental Improvido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0208865-7/01, em que figuram como Agravante o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO e Agravado o CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS TÁTICA S/C LTDA

Acordam os Desembargadores que integram a Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecerem o recurso acima descrito, para negar-lhe provimento, conforme relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 18/05/2010

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

240

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL N.º 0208865-7/01

Juízo de Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Juiz: Dr. Alfredo Sergio Magalhães Jambo

AGRAVANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Procurador: Dr. José Galdino da Silva Filho

AGRAVADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS TÁTICA S/C LTDA

Advogado: Dr. Jairo Ferreira Cavalcanti

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental exercitado contra interlocutória que antecipou parcialmente os efeitos da tutela postulada no instrumental em apenso, nos autos do qual foi permitido que o ora agravante prossiga somente com as cobranças dos débitos do veículo placa KCL 3217 relativos a infrações de trânsito.

Irresignado com os termos da decisão interlocutória, o recorrente interpôs agravo regimental para que seja deferida liminar substitutiva ao agravo de instrumento, de modo a ser autorizado também a cobrança dos tributos devidos. Fundamenta a sua pretensão no art. 131, inciso I, do CTN, que dispõe acerca da responsabilidade do adquirente pelos tributos relativos ao bem adquirido. Afirma que o agravado, na condição de adquirente do veículo placa KCL 3217, responde pelos tributos incidentes sobre o mesmo.

Não exercido o juízo de retratação, coloco o presente recurso em mesa para julgamento, posto que tempestivo e preenchidos todos os requisitos legais.

É o relatório.

Recife,

18/05/2010

DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator



241

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DO DESEMBARGADOR

SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL N.º 0208865-7/01

Juízo de Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Juiz: Dr. Alfredo Sergio Magalhães Jambo

AGRAVANTE: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

Procurador: Dr. José Galdino da Silva Filho

AGRAVADO: CENTRO DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES DE VEÍCULOS TÁTICA S/C LTDA

Advogado: Dr. Jairo Ferreira Cavalcanti

RELATOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

VOTO

O inconformismo da parte agravante se insurge contra decisão interlocutória da minha relatoria, que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, deferiu parcialmente o efeito suspensivo postulado.

Em que pesem os argumentos do recorrente, tenho que não merece prosperar a pretensão formulada, devendo ser mantida a decisão hostilizada, até final decisão a ser proferida na ação que suporta os termos agravados.

Isso porque, o fundamento que suporta o pleito neste agravo regimental não se coaduna com a hipótese dos autos, já que a parte agravada não é o adquirente do bem, e sim o alienante do bem.

Nesse sentido, da análise superficial dos autos, não há prova inequívoca apta a demonstrar, liminarmente, verossimilhança das alegações no que concerne a pretensão do agravante de prosseguir com a cobrança dos tributos relativos ao veículo automotor placa KCL 3217, por conseguinte, plausibilidade do direito invocado pelo recorrente, afastando, per si, a pretensão formulada nessa via recursal, haja vista o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que as "penalidades", a que se refere o art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, são aquelas oriundas de infração de trânsito ocorridas em momento posterior à transferência da propriedade do veículo, não se reportando a créditos de natureza tributária (REsp 1116937/PR, Rel. Ministro

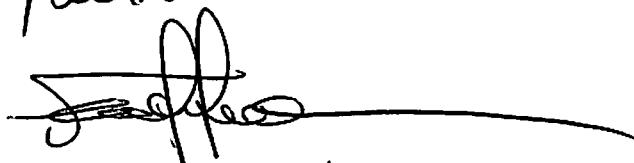
Benedito Gonçalves, DJ 08.10.2009; REsp 938.553/DF, relator Ministro Massami Uyeda, DJ 26.05.2009; REsp 1.024.815/RS, relator Ministro Castro Meira, DJ de 4.9.2008; REsp 1.051.401/RS, relator Ministro Carlos Fernando Mathias, DJ de 18.6.2008; e REsp 965.847/PR, relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 14.03.2008).

242

Posto isso, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente agravo regimental para manter todos os termos da decisão recorrida.

É como voto.

Recife, 18/05/2010



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Relator